

Editorial

Os séculos XVII e XVIII compreendem um tempo de privilégios familiares. O peso do sobrenome familiar abria portas e gerava automaticamente uma vida mais fácil para homens e mulheres que nasciam no ceio dessas poucas e seletas famílias.

Para os homens, nascer nessas famílias era praticamente sinônimo de bons cargos na administração metropolitana e colonial, fosse em Espanha, Portugal ou em qualquer possessão colonial onde estes estivessem dispostos a ir. Para as mulheres, o nome atrelado a uma boa família arranjaria um bom casamento, um bom dote e respeito social por meio dos laços entre famílias poderosas.

O retrato de Eustaquio Galavis y Hurtado del Águila, que estampa a capa desse dossier é significativo para entendermos esse tempo. A imagem emana poder e representa um homem sábio. Ele teve acesso a boa educação, a muitos livros, alguns ele mesmo escreveu durante seus estudos acadêmicos. A imagem mostra o poder de um homem “bem-nascido”, que teve a oportunidade de dedicar-se aos estudos teológicos, e muito cedo se tornou mestre em Filosofia. Ele pôde viajar, serviu no exército colonial espanhol na Colômbia, exerceu o poder que lhe foi conferido pela coroa espanhola, subjugou os nativos, defendeu a religião católica e ajudou arcebispos em negociações políticas pelo interior da Amazônia colombiana. Uma vida ímpar, de muito conhecimento, e vários conhecidos que ajudaram a ladrilhar sua caminhada de ascensão social e presença marcante em salões coloniais e metropolitanos.

Tudo isso foi possível por meio do seu nome e sobrenome. Eustaquio nasceu provavelmente em Santafé em 1745, numa época em que a tradição de uma família carregava um peso político e uma influência poderosa nas decisões que mexiam com todo ceio social. Essas relações de poder familiar com influência direta na política, gerava os mandos de poucos sobre a vida de muitos, esse mecanismo de poder colonial e metropolitano também estava presente em Portugal e na parte portuguesa da América.

Aqui na América colonial ou Brasil colonial era extremamente importante não ser um “sem eira nem beira”, o sobrenome era um porto seguro. Era um lugar confortável que possibilitava aos homens bons (brancos e bem nascidos), ir estudar em Coimbra, ter acesso aos livros, receber uma benesse real em terras, ter assegurado o direito à herança familiar, entrar pela porta da frente nas igrejas, ser admitido em Ordens religiosas de prestígio com as do Carmo e as de São Francisco, ter um bom plantel de pretos escravos ou indígenas, esses fariam tudo que ele quisesse e desejasse, e quem sabe, esse fidalgo colonial teria acesso facilitado à corte real em Lisboa.

A noção de modernidade no Brasil colonial ainda carregava traços de uma educação cavaleiresca medieval, ritos fúnebres que eram seguidos nos sertões e nas cidades do litoral ainda resguardavam traços semelhantes aos ritos de enterros dos séculos XIV e XV. Era um contexto histórico de relativos avanços políticos na Europa com a Revolução francesa; mas de barricadas ideológicas e informacionais mantidas pela administração metropolitana portuguesa para as colônias na América, muito era feito para que essas ideias não aportassem nas terras da América, Lisboa queria barrar e esconder as novas ideologias políticas de liberdade e igualdade

do povo, conservando um absolutismo que mantinha o poder em poucas mãos, e os nomes familiares chantados na memória e na política locais.

Esse pequeno dossiê traz três textos: “As cartas de provisão para o cargo de capitão-mor na capitania do Rio Grande: uma incursão comparativa entre a educação moderna de meados do século XVII e a educação cavaleiresca da Idade Média em Portugal e nas colônias americanas”; “Faleceu da vida presente de doença”: A morte na Freguesia de São Bernardo das Russas-CE (1780–1793)” e “BRANCOS, PARDOS E NEGROS: a acepção do abandono de recém-nascidos na freguesia da Cidade do Natal (1750–1835)”, esses textos foram escritos respectivamente pelos pesquisadores Francisco Isaac D. de Oliveira, Mara Dalila Maia Silva & Elisgardênia de Oliveira Chaves, e Thiago do Nascimento Torres de Paula. Nesses artigos, os leitores poderão encontrar um panorama do contexto histórico moderno vivido pelos homens e mulheres coloniais aqui na antiga América portuguesa.

Na seção artigos livres, os leitores encontrarão três textos, onde poderão ler: “Sertão universal, cinema contemporâneo: a representação sertaneja a partir da retomada” dos autores Heverton da Silva Guedes e Patrícia Pinheiro de Melo; “Álbum e cronologia da vida de Barônio Guerra” de Gustavo Sobral e André Felipe P. F. de M. e Menezes pesquisadores do IHGRN, e “O museu como dispositivo de memória e a curadoria do catálogo de exposição “Frans Post e o Brasil Holandês na coleção do Instituto Ricardo Brennand”.” do professor Daniel de Souza Leão Vieira.

Na seção Prosa e Poesia, pela primeira vez temos quatro textos publicados. A primeira é a poesia “ÁFRICA-AMÉRICA” do professor Marcos Manoel Ferreira; encontraremos ainda duas poesias visuais do poeta, jornalista e artista Gustavo Sobral “Igreja do Galo” e “O Mangue”. E por fim, apresentamos a resenha “No teatro, no parlamento e nas ruas: abolicionismo, o primeiro movimento social brasileiro” escrita pelo frei e pesquisador Alvaci Mendes da Luz, essa resenha é baseada no livro “Flores, votos e balas”.

Boa leitura!

Prof. Dr. Francisco Isaac D. de Oliveira
Editor científico da Revista Galo